

Aproximações etnológicas do Pacífico austral hoje: uma entrevista com Jeff Sissons

Ethnological approaches to the southern Pacific today: an interview with Jeff Sissons

Alejandro Raúl González Labale

Doutor em Antropologia - UFSC

Professor da Universidade Federal do Piauí - UFPI

aglabale@gmail.com

Caio Bruno Silva do Carmo

Mestre em Antropologia - UFPI

Doutorando em Antropologia Cultural pela

Te Herenga Waka/Victoria University of Wellington – Aotearoa/Nova Zelândia

caiobrunosc@gmail.com

Jeff Sissons é professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural da Te Herenga Waka, Victoria University of Wellington, Aotearoa (Nova Zelândia). Suas investigações abordam uma série de temas variados, entre os quais: a política indígena global, os Estados colonizadores-coloniais, a arquitetura, as mudanças nas formas de vida indígenas, e, mais amplamente, a transformação sócio-política em *Aotearoa* (Nova Zelândia) e no Pacífico. O seu pensamento combina uma cuidadosa atenção ao registo histórico com uma visão aguçada e teoricamente rica. Não é um eufemismo dizer que os conhecimentos de Jeff ajudaram a reescrever a história do Pacífico.¹

EntreRios: Olá, professor Jeff. Muito obrigado por aceitar nosso convite para conceder uma entrevista à revista *Entre Rios*. Vamos começar com uma questão “clássica”. Você poderia gentilmente nos falar qual foi seu primeiro contato com Antropologia? Por que você decidiu seguir este caminho?

Jeff Sissons.: Meu primeiro contato com antropologia foi por meio de um conselho do treinador de hóquei da minha escola, que era também o conselheiro de carreira da

¹ Adaptado do resumo biográfico disponibilizado pelo site do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural da Te Herenga Waka, Victoria University of Wellington, Aotearoa, Nova Zelândia. Disponível em: <https://www.wgtn.ac.nz/sacs/about/publications/aotearoa-handbook-of-criminology>. Acesso em 06 dez. 2021.

mesma escola. Ele sugeriu que poderia ser um bom complemento a psicologia, o que era meu campo de interesse inicial. Minha primeira disciplina foi dada por Jan Pouter, um antropólogo estrutural alemão. Me lembro que ele tinha um forte sotaque, o que fez as aulas serem um pouco difíceis de acompanhar, mas o entusiasmo dele pelo estruturalismo, a nova “religião” naquele tempo (1971), me fisionou.

E.R.: A segunda questão é uma questão tradicional. Qual é exatamente seu campo de atuação? Atualmente, qual suas principais preocupações de pesquisa e ideias?

J.S.: Eu sou um antropólogo da história especializado em história cultural da Polinésia, especialmente sociedade Maori e conversão cristã na Polinésia oriental do século XIX. Atualmente eu estou escrevendo um livro sobre um profeta esquecido que liderou um movimento religioso buscando unidade política no distrito de Taranaki (Nova Zelândia), em 1850.

E.R.: A principal ideia dessa entrevista é tentar desenhar um paralelo entre o Brasil e a Nova Zelândia. No Brasil, atualmente, existe uma espécie de ofensiva contra os povos indígenas liderada pelo próprio governo e mesmo por uma parte considerável da população. O que você pode falar a respeito desse acontecimento e dessa realidade? Também, como você vê essa questão na Nova Zelândia?

J.S.: Eu discuti as comparações entre questões indígenas no meu livro, *First Peoples* (Reaktion 2005). É difícil de fazer comparações entre as lutas anti-coloniais no Brasil e na Nova Zelândia porque certamente elas têm diferentes temporalidades e modos de agência indígena. Mas, certamente, elas compartilham em comum a luta contra a nação neoliberal que impõe e requer desses povos indígenas uma autenticidade opressiva e restritiva. Em grande medida, isso molda a luta política de negando a infinitude dos devires indígenas e colocando-os em oposição aos discursos (estes culturalizados de maneiras diferentes) de nacionalidade. O profeta sobre o qual estou escrevendo foi amplamente esquecido porque, como cristão radical, ele não se encaixava autenticamente em uma narrativa nacional.

E.R.: Eduardo Viveiros de Castro diz que no Brasil “todo mundo é indígena, exceto quem não é”. Por trás dessa declaração existe uma tentativa de mostrar como a realidade pós-colonial no Brasil é profundamente negacionista (e isso como parte da política de governo). Parece que o conceito de “nação” é uma espécie de erro primordial. Por exemplo, parte da população tem uma visão racista sobre as populações tradicionais e minoritárias simplesmente porque eles não sabem o suficiente sobre a própria história. O que você poderia dizer sobre essa relação entre identidade, populações, governo e indianismo na Nova Zelândia?

J.S.: Essa é uma grande questão. O termo indianismo parece estranhamente fora de lugar. Na Nova Zelândia, o documento fundante legal que endereça as relações entre

o estado e o povo Maori é o Tratado de Waitangi, assinado em 1840. Isto reconhece a soberania indígena dos líderes tribais e desde anos 90 várias leis requerem negociação entre os líderes e o estado. Em relação a esta chamada “parceria de tratado”, um “indianismo” generalizado não pode conceituar a particularidade das negociações políticas e econômicas que compreendem as relações indígenas-Estado. As questões centrais dos estados indígenas são as lutas contínuas por reconhecimento político e reparação de confiscos coloniais de terras, perseguidos por meio de casos apresentados ao Tribunal de Waitangi. As lutas dos estados indígenas foram, portanto, fortemente burocratizadas na Nova Zelândia. Essa burocratização foi na verdade uma tentativa deliberada de desradicalizar a política do indigenismo em Aotearoa e, em grande medida, foi bem-sucedida.

E.R.: Outro ponto crucial é o fato de que você é um antropólogo branco. Como você acha que a Antropologia, sendo historicamente um exemplo de competência ocidental e branca, pode trabalhar não apenas como um processo de criação de conhecimento, mas também como um aliado efetivo das minorias mais vulneráveis (Bruno Latour as chama de terranos) nas quais, inclusive, a própria Antropologia deve bastante?

J.S.: Antropologia em Aotearoa tem incluído um número considerável de antropólogos Maori - Te Rangi Hiroa, Maggie Papakuru, Hugh Kawharu, Ngahuia Te Awekotuku, Pare Hopa, Atholl Anderson e outros - e no trabalho pioneiro deles é cada vez mais reconhecida a narrativa de que a Antropologia na Nova Zelândia está sendo reescrita. Dado o contexto de uma miríade de reivindicações perante o Tribunal de Waitangi, os antropólogos Maori e Pakeha tendem a se tornar historiadores a fim de auxiliar nas evidências das violações coloniais do tratado. Descobri, por exemplo, que poderia ser de grande ajuda para Tuhoe em sua reivindicação contra a Coroa, escrevendo um relatório sobre os efeitos destrutivos da individualização do título de terra.

E.R.: Recentemente, Davi Kopenawa, um xamã do povo Yanomami e importante líder indígena, recebeu um convite para ser parte da Academia Brasileira de Ciências, principalmente por causa da sua inestimável contribuição no livro A Queda do Céu. De acordo com a instituição, Kopenawa, usando seu conhecimento xamânico ancestral sobre a floresta, tem muito a contribuir com a ciência, principalmente sobre como o mundo deve lidar com a crise climática, que nos atinge de forma irrestrita. Esta fricção ontológica (para usar as palavras de Anna Tsing) é também parte do seu trabalho como antropólogo, como você vê isso na Nova Zelândia?

J.S.: Fricção ontológica soa como um bom conceito, mas “distância ontológica” expressa melhor a questão, eu acho. Ingold propõe bem que os antropólogos precisam

se engajar em correspondência com as outras formas ontológicas de vida mais do que estudá-los. Eu penso que o mesmo pode ser dito sobre os cientistas climáticos.

E.R.: Que tipo de desafios a comunidade antropológica pode lidar neste mundo pós-covid?

J.S.: Se manter vivo pode ser um bom início.

E.R.: Como isto afetou a vida universitária na Nova Zelândia?

J.S.: Apesar de ser amplamente livre de Covid, algumas universidades usaram a pandemia de maneiras que lembram a “doutrina do choque” de Naomi Klein. Preparando-se para um futuro de ensino online que não exigirá a presença física dos alunos para gerar renda. Os cursos agora são ministrados simultaneamente online e presencial (em prontidão para um possível segundo lockdown) e isso significa um pequeno número de participantes presenciais em muitos cursos.

E.R.: Você tem alguma mensagem para os estudantes de Antropologia do Brasil?

J.S.: *Kia Kaha* (Aguentem firme)

E.R.: Muito obrigado, foi um grande prazer tê-lo como parte da nossa revista!

Organizadores

Alejandro Raúl González Labele
Potyguara Alencar dos Santos

REVISTA
ENTRERIOS

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal do Piauí